

Controlo de armas e conflitos regionais: uma perspectiva brasileira

ANTÓNIO CARLOS PEREIRA*

Em 1977 o Brasil percebeu como firme e constante a tendência a um mundo multipolar e desvinculou-se de qualquer sistema de defesa associativa. Até então o Brasil vivia atrelado a uma aliança com os Estados Unidos, cujo papel via com certa desconfiança. Não é à toa que o presidente Castello Branco, reputado por muitos como o mais filo-americano estadista brasileiro dos últimos tempos, tenha advertido os novos diplomatas do Itamaraty, três meses após assumir a Presidência da República em situação dramática que contou com o apoio nem sempre discreto de Washington: «Não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências, nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que na política externa destas é preciso distinguir os interesses básicos da preservação do sistema ocidental, dos interesses específicos de uma grande potência». Em seguida ele afirmava, reflectindo a debilidade do poder nacional brasileiro: «No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar com radical divórcio da posição política entre os dois centros de poder, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no económico, quer no político. Nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, poderá defender-se sozinho contra um ou outro dos centros de poder. A defesa tem que ser essencialmente associativa.»

Treze anos depois, realidades diferentes levaram o Brasil a buscar um caminho mais autónomo, em suas relações políticas e militares com os Estados Unidos e, por consequência, com o resto do mundo. Não importam, no momento, as condições

* Editor da revista *Política e Estratégia*, São Paulo.

particulares em que esta mudança se processou. Facto é que ela seria impossível fora de um quadro de pulverização do poder. Uma das consequências da *détente* foi - e é, nesta sua nova versão - a abertura para um sistema de poder menos rígido, que tornou possível o relaxamento dos alinhamentos automáticos. Naquela época, isto não significou uma recusa ou abandono dos valores comuns que cimentavam a aliança, mas a liberdade de acção, na esfera internacional, passou a ser condicionada clara e inequivocamente pelo interesse nacional. Em outras palavras, comportamento político e comportamento ideológico deixaram de ser concomitantes: mesma ideologia, mas objectivos políticos distintos.

O enfraquecimento do sistema bipolar foi extremamente útil para o Brasil, numa primeira fase. Afinal, a bipolaridade conduz fatalmente ao congelamento do poder e é, portanto, intrinsecamente injusta para os Estados que se situam à margem dos centros hegemónicos mas aspiram ascender de nível na hierarquia do poder. Para um país em busca de maior autonomia, a multipolaridade emergente foi bem-vinda: surgiram novos e mais diversificados centros de poder económico, isolados das tradicionais fontes de poder político e militar; o poder político-militar, por sua vez, foi pulverizado pela diversificação dos centros económicos, abrindo possibilidades de crescimento autónomo; tudo, enfim, reduziu a necessidade de filiação compulsória a alianças.

Há condições, entretanto, em que a multipolaridade pode não oferecer uma adequada variedade de opções para as potências médias. Basta que o sistema assuma características de «oligopólio», em substituição ao antigo «monopólio» bipolar, para que a situação permaneça praticamente inalterada para as potências emergentes, novamente transformadas em objecto, e não sujeito, das relações interestatais. Isto é, um sistema multipolar onde o poder á oligopolizado poderá igualmente congelar o poder e deixar os demais Estados à margem do processo, podendo apenas escolher um entre três ou quatro, ao invés de um entre dois. Sendo assim, a «ordem» multipolar será necessariamente mais justa e, portanto, mais estável?

O presente processo de multipolarização tem raízes económicas, mas só elas não bastam para manter unidos os blocos em formação. A tendência dos blocos é identificar as questões políticas comuns e depois integrar os interesses de segurança, mesmo que nos estágios iniciais cada Estado-nação actue rigorosamente como tal; o comportamento individual, entretanto, não destoará dos objectivos comuns nem será obstáculo às posições colectivas. Este é um processo exclusivo, no sentido de que produz esferas de actuação e hierarquias nitidamente estabelecidas. Vejamos o caso da Europa Ocidental. Ali hoje percebem-se claramente três círculos concêntricos, denotando três hierarquias de países, de

facto. Um círculo é o da EFTA (European Free Trade Association), no qual todos os que queiram entram e onde somente se pratica o comércio. O segundo é a CEE (Comunidade Económica Europeia), com um número reduzido de países e um nível limitado de actividade política concertada. O terceiro nível é a UEO (União da Europa Ocidental), onde um número ainda mais reduzido de países decide questões de segurança. A interacção destes círculos revela uma comunhão de interesses económicos, mas também políticos e de segurança. Daí a improbabilidade do ingresso na CEE - o segundo círculo, onde a actividade política é limitada, mas crescente - de países neutros como a Áustria, que comprometeriam esta unidade de visão e de interesses. Onde, então, o lugar dos países da Europa do Leste que conseguirem consolidar suas frágeis experiências de exercício da democracia liberal?

O mundo está mudando rapidamente; está ficando mais complexo e contraditório e nem sempre as mudanças reflectem novas e melhores oportunidades. Dependendo do ângulo de observação as mudanças, na velocidade em que ocorrem, podem ser novas ameaças e não novos desafios a serem vencidos na corrida pelo desenvolvimento e pela paz.

Desníveis económicos e sociais

O processo de globalização da economia, a meu ver factor e etapa motivadora e decisiva do desenvolvimento do sistema multipolar, vê-se tolhido pelas diferenças culturais e pelos desníveis sociais e económicos existentes entre os diferentes actores. Os recentes acontecimentos no Leste europeu e na União Soviética evidenciam a existência de um consenso praticamente universal a respeito da excelência da democracia representativa, como sistema político, e do livre jogo do mercado, como sistema económico. Ambos os sistemas são produtos do que chamamos de civilização ocidental, este conjunto de valores elaborado na Europa e transplantado para a América. Para toda a América, nunca é demais lembrar. Mesmo países que não pertencem à tradição ocidental adoptam um destes sistemas, senão ambos. Em alguns casos, a transposição de sistemas fez-se com imenso sucesso, como nos mostra o Japão. Em outros, o verniz ocidental não resistiu às pressões centrífugas, como exemplifica o Irão. Mas em ambos os casos, e talvez em todos os exemplos que buscarmos fica patente que o maior ou menor sucesso na adaptação de sistemas políticos e económicos não consegue fazer adormecer totalmente os traços mais fortes e característicos das culturas nacionais, tampouco neutraliza o forte apelo dos interesses específicos de cada Estado-nação.

Este será o grande desafio da tendência integradora em blocos, tendo por denominador comum o pluralismo político e a livre concorrência de mercado. Cada país tem o seu próprio ponto-limite, a partir do qual a tendência integradora passa a perder *momentum*. A ordem multipolar talvez somente substitua a ordem bipolar se conseguir administrar esta assimetria e esta assincronia entre países que têm capacidades diferentes para aceitar e absorver a nova experiência. Deixar os mais lentos e menos aptos para trás, num novo *darwinismo*, significaria comprometer e talvez condenar ao fracasso a tendência integradora global, pela perpetuação das condições adversas dos países «lentos».

Do ponto de vista estratégico, estas diferenças culturais e de ritmo de integração nas tendências globais determinarão o nível de dificuldade do processo de distensão entre as grandes potências. É que, sendo de natureza global os interesses das superpotências, a dimensão Norte-Sul terá, necessariamente, alguma importância no processo de acomodação do conflito Leste-Oeste. Em outras palavras, o grau de confrontação Leste-Oeste será declinante; mas não o do confronto Norte-Sul (que é basicamente económico, mas de raiz política), e muito menos tenderão a diminuir em número ou a reduzir-se em intensidade os conflitos regionais característicos do Sul, de natureza político-militar. Em resumo, Washington e Moscovo poderão chegar a um nível óptimo de entendimento, mas o controle de armas que ambos praticarão não será consentâneo com a harmonia atingida porque ambos os blocos terão que considerar a ameaça que percebem vir do Sul, dos «despossuídos» que transformam tecnologia média em armas de destruição de massa, seja por questão de prestígio, seja por razões económicas, seja para sobreviver em conflitos potenciais ou iminentes. Esta ameaça, claro está, não se referirá nem de longe à sobrevivência seja dos Estados Unidos, seja da União Soviética, mas sim à integridade de seus respectivos interesses tal como são entendidos e explicitados hoje.

O facto é que as superpotências, desde já, exercitam a retórica de que impõem limites a seu desarmamento (mais precisamente, ao seu controle de armamentos) porque um número crescente de países do Terceiro Mundo adquiriu ou está adquirindo a capacidade de fabricar artefactos nucleares, armas químicas e foguetes para transportá-los com suficiente grau de precisão e confiabilidade. De Washington e de Moscovo ouvem-se vozes pregando a adopção de políticas de intolerância para com estes países; de Leste e de Oeste escuta-se que chegou ao fim o tratamento de dois pesos e duas medidas para países de «importância estratégica» ou «relações especiais» mas que não se engajam em programas de não proliferação. Um lado e outro julgam que suas causas foram moralmente engrandecidas,

agora que se dispõem a cortar parte de seus arsenais. Não me parece que estas exigências sejam sustentáveis, muito menos do ponto de vista moral.

O controle de armamentos deve ser entendido como uma estratégia, e não como um ideal ou um imperativo, como bem assinalou Ken Booth. Serve, portanto, aos interesses das potências directamente envolvidas. No caso dos acordos de controlo de armamentos entre Estados Unidos e União Soviética, somos todos indirectamente beneficiados, pela relativa redução dos perigos de uma guerra global. O perigo, entretanto, não está conjurado. As diferenças básicas entre as duas superpotências continuam existindo, e existirão enquanto seus interesses opostos tiverem escopo universal; e a redução de seus arsenais é pouco mais do que simbólica, diante dos recursos nucleares de que ainda dispõem.

Não resta dúvida, entretanto, de que este caminho alivia a tensão em que os europeus vivem desde o final da II Guerra Mundial. Talvez este alívio esteja levando ao *wishful thinking*. De muitos eminentes europeus tenho ouvido que a crise económica e política do Leste, mais a atitude reformista do gorbachevismo, mais a vontade de chegar a acordos de redução de armamentos significam o fim da guerra fria, com a derrota da União Soviética. Para mim, estes factos indicam, na melhor das hipóteses, a evidência do fracasso do «socialismo real», com a consequente perda (relativa, é claro) de poder nacional da União Soviética. Mas fica aberta a questão: a ameaça ao Ocidente provinha do comunismo ou da vocação geopolítica da Rússia? Recentemente, Henry Kissinger observava que a «União Soviética perdeu o controle político sobre a Europa do Leste e os Estados Unidos perderam o controle da segurança na Europa Ocidental» e arrematava dizendo não perceber como a União Soviética deixaria o seu império «se esvair». Mesmo que a União Soviética deixe a Europa Oriental lhe escapar por entre os dedos, com as actuais concepções de segurança que parecem predominar na Europa Ocidental, haverá lugar para uma Europa unida, ou teremos três Europas: a Ocidental, como a conhecemos, a neutra e a remanescente do império soviético?

Teremos, sem dúvida, uma polaridade mais variada, quaisquer que sejam as respostas a estas perguntas feitas numa tentativa de indicar o nível de complexidade do sistema internacional que se esboça. A estes cenários, mantidos propositalmente na região mais «ordenada» do globo, o eixo Leste-Oeste, deve-se então acrescentar a «anarquia» natural do Terceiro Mundo, palco do que se convencionou chamar de conflitos regionais.

A «paz violenta»

Visto do Sul, um mundo multipolar significa maior vulnerabilidade potencial e, portanto, acções mais duras por parte das super ou das grandes potências. Isto porque:

1. aliados mais independentes complicam a acção e reduzem o leque de opções das superpotências. Isto é, os interesses nacionais de cada aliado tenderão a se sobrepor aos interesses comuns da aliança ou aos interesses da nação hegemónica. Isto é válido para os Estados Unidos e para a União Soviética;
2. a emergência de potências regionais significa a diminuição do poder relativo das super ou das grandes potências, daí agirem estas no sentido do congelamento do poder, tanto quanto possível;
3. arsenais cada vez mais sofisticados nos países do Terceiro Mundo tornam crescentemente problemática uma intervenção militar pelas super ou grandes potências. Vinte, ou mesmo dez anos atrás, as intervenções das super ou grandes potências nestas partes do mundo somente podiam ser enfrentadas com alguma esperança de êxito pela guerra de guerrilha. Hoje existe, mais do que a possibilidade, a probabilidade de que uma intervenção fracasse na tentativa, num crescente número de países. Após a Guerra das Malvinas, muitos países do Terceiro Mundo aumentaram o nível de ameaça percebida e fizeram o seu planeamento de força em consequência;
4. a multipolaridade significa também o aumento da importância dos foros multilaterais. A ONU está hoje mais activa do que nunca na sua actividade de *peacekeeping* porque as superpotências perderam, em grande medida, o seu poder de alavancagem para fazer a guerra e a paz na periferia do mundo, segundo suas necessidades.

Daí não se deve concluir, entretanto, que o mundo ficará necessariamente mais pacífico. Ao contrário, poderá ocorrer aquilo que Sir James Cable chama de «paz violenta»: com a redução da ameaça Leste-Oeste, as potências com interesses planetários ou amplamente estendidos aumentarão o nível de violência dos confrontos localizados e darão maior importância à *gun boat diplomacy*, o que agregará factores crescentes de instabilidade a um sistema em busca de ordem.

É neste panorama global que devemos inserir o Brasil, como potência média emergente. Trata-se, como todos sabem, da oitava economia do mundo ocidental, da sétima produção industrial, do terceiro maior *superavit* comercial; mas também da maior dívida externa e apenas do quadragésimo segundo país do mundo, em indicadores sociais. É, enfim, um

país com gigantescas contradições, em busca de uma maior autonomia que lhe permita compor-se no sistema internacional da maneira mais vantajosa possível.

Em sua busca por autonomia, o Brasil tem alguns objectivos estratégicos:

1. desvincular-se do conflito Leste-Oeste e, neste processo, rejeitar alinhamentos automáticos;
2. garantir uma presença activa em sua área de maior valor estratégico: mantendo a paz e a estabilidade regionais; aumentando a capacidade militar operacional ao longo das fronteiras nacionais; explorando as possibilidades económicas da região; ampliando a influência brasileira na região; usando a Resolução 41/11 da ONU (que declarou o Atlântico Sul uma Zona de Paz e Cooperação) para aumentar a cooperação económica, política e tecnológica com os países dos dois lados do Atlântico; garantindo a livre passagem do comércio através das linhas de comunicação do Atlântico Sul, responsável pelo transporte de 95 por cento das exportações brasileiras;
3. aumentar o *superavit* comercial de forma a não sobrecarregar, e se possível a diminuir, a questão da dívida e tornar possível o financiamento dos projectos de desenvolvimento na velocidade e no volume adequados às exigências internas.

Até o presente, o Brasil vem adoptando uma política de duplo corte, para atingir estes objectivos. A política externa «pragmática» talvez tenha servido aos interesses do país numa primeira etapa, porque inseriu o Brasil nos dois mundos aos quais ele supostamente pertence: ao mundo industrializado e ao Terceiro Mundo. Mas à medida em que o Brasil vai assumindo novas posturas no cenário internacional, a eficiência desta política diminui: cada vez menos os países industrializados aceitam esta dupla inserção que dá ao Brasil as vantagens e os benefícios de tratamentos privilegiados destinados a países do Terceiro Mundo, sem ter que arcar com o ónus de ser industrializado.

Esta política «pragmática» vai perdendo eficiência na mesma proporção em que a crise económica brasileira erode o poder nacional e põe em questão o futuro do país. Em tal situação, na qual o curto e o médio prazo trabalham contra o Brasil, é previsível uma mudança de direcção da política externa, agora para agregar ao seu elenco de recursos o instrumento de poder que o Brasil está construindo. De outra forma não se justificaria a construção de uma considerável indústria de armamentos; a aquisição da tecnologia do ciclo completo do combustível atómico; o projecto para construir um submarino de ataque

de propulsão nuclear; as pesquisas para a aquisição de tecnologia de construção de mísseis de alcance intermediário; e a capacidade para projectar, construir e lançar satélites, inclusive satélites recuperáveis.

Isto não significa que o Brasil passará a adoptar posições agressivas ou que venha a se tornar um *crazy state*. Significa apenas que o Brasil provavelmente dará consistência à finalidade declaradamente dissuasória de sua política de defesa e do papel de suas forças armadas. Na verdade, até agora o Brasil tem confiado sua defesa às suas características geográficas, a seu superior potencial económico e à pequena capacidade ofensiva de seus vizinhos. Este tem sido o «dissuasor» brasileiro, claramente insuficiente para uma política de maior projecção internacional num ambiente mais competitivo e no qual os conflitos regionais tornam-se uma probabilidade maior.

Há dez anos, falando na Escola Superior de Guerra, o então chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro analisava a *détente*, num quadro teórico que a meu ver não se alterou:

«A *détente* é um processo que infelizmente nunca se completa (...) No fundo, a *détente*, embora tenha sentido positivo, é também responsável directa pela aceitação de uma concepção minimalista dos objectivos do sistema internacional. Nessa concepção, baseada, ainda, no impasse estratégico, não se abre espaço para fórmulas mais permanentes de construir a Paz: o quadro mundial não se estabiliza de forma útil para o sistema internacional como um todo, e, ao contrário, contribui para agravar, estruturalmente, as tensões.

«Assim, o 'fechamento' do debate internacional sobre a Paz é um dos factores que explicam a resistência à superação de certos conflitos regionais. Não que se possa, objectivamente, responsabilizar as superpotências pelos variados conflitos regionais. Em boa medida, as raízes históricas e as causas da dinâmica desses conflitos encontram-se essencialmente em cada região considerada. Trata-se, porém, de ressaltar que a *détente*, como modalidade restrita ao relaxamento de tensões, impediu que se articulassem fórmulas alternativas, mecanismos mais abertos de encaminhamento do problema da Paz. E a minimização do objectivo global de Paz gera um amesquinamento da possibilidade de fórmulas alternativas mais abrangentes e mais construtivas para o encaminhamento das tensões regionais».

As ambições do Brasil

Ao Brasil interessa, como já foi dito antes, manter a paz e a estabilidade em sua zona estratégica de maior importância, que compreende a América do Sul e o Atlântico Sul.

A América do Sul não é a região pacífica que muitos supõem. Lá existem muitos conflitos, potenciais ou latentes, que podem emergir subitamente. São em geral disputas de fronteiras que datam dos tempos coloniais, mas que têm originado guerras e escaramuças tão recentes como a que envolveu o Peru e o Equador, em 1941 e em 1983. Estas situações não resolvidas envolvem, além dos dois países já citados, Bolívia, Chile, Colômbia, Guiana e Venezuela; deixo de incluir Argentina e Chile, que resolveram suas questões segundo o laudo arbitral papal e Argentina e Inglaterra, que negociam o futuro de suas relações. Além das tensões interestatais, vários países do sub-continente sofrem processos internos de desagregação política e social. O Peru, por exemplo, enfrenta a um só tempo o Sendero Luminoso e o narcotráfico; a Colômbia padece os efeitos de uma violência endêmica, aliados ao poder económico e paramilitar dos barões da cocaína.

Pode-se, contudo, dizer que as perspectivas das relações interestatais são boas na região e tendem a melhorar, com a condição de que tenha boa sequência a experiência democrática dos países recém-saídos de governos militares e de que o Chile venha se incorporar brevemente a este grupo. Os números sustentam esta perspectiva otimista: em 1988 os gastos militares da América do Sul foram consideravelmente inferiores aos gastos realizados em 1979; e, nos últimos dez anos, os gastos militares da região têm decrescido em relação à média do período, a despeito do surto imediatamente anterior e posterior à Guerra as Malvinas.

Isto se dá sem que haja qualquer mecanismo de concertação visando a redução ou manutenção de gastos militares ou a compra e utilização de armamentos. Houve, entretanto, uma tentativa fracassada de controle de armamentos entre os países do Pacto Andino, em 1975, em consequência da Declaração de Ayacucho. Os especialistas encarregados de elaborar o projecto de acordo chegaram a determinar listas de armamentos proibidos e de armamentos controlados. Os primeiros eram, em geral, aqueles que nenhum dos participantes possuía, ou os tinha em vias de desincorporação; os segundos tiveram quantidades fixadas pelo tecto dos países mais armados, o que levou a delegação do Peru a observar que tal acordo provocaria um aumento de gastos militares globais, na região. Além disso, nos dois primeiros Simpósios de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiros, realizados pelos Estados-Maiores das Forças-Armadas dos dois países, em sequência dos

Actos da Foz do Iguaçu, representantes argentinos propuseram não oficialmente o estudo da paridade militar bilateral. Tanto num caso como no outro, o que dificulta, e às vezes torna impossível, este tipo de acordo é o número de países envolvidos. O Brasil, por exemplo, tem dez vizinhos na América do Sul, além de um extenso litoral que o põe em contacto com toda a África Ocidental, o Caribe e o Atlântico Norte. Um país com este nível de exposição ao contacto externo jamais poderia determinar suas considerações de defesa pelos interesses de um só vizinho, por mais importante que ele seja. Não é o caso da limitação de armamentos na Europa. Ali a zona de contacto é única, entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, e mesmo assim várias tentativas fracassaram por causa dos dissuasores independentes da França e da Inglaterra.

No Atlântico Sul, as ambições do Brasil podem ser muitas, mas os seus recursos actuais para actuar na região são escassos e inadequados. Podemos, entretanto, considerar que a médio prazo, ou seja, provavelmente na primeira década do próximo século, o Brasil terá condições de exercer algum tipo de controle sobre a área que lhe é estrategicamente vital. Há do outro lado do Atlântico países com os quais o Brasil guarda sentimental identidade e com os quais gostaria de ter relações mais profundas, baseadas não apenas nos laços de cultura, mas na igualdade de interesses políticos e comerciais. Há ainda outros cujas boas relações interessam ao Brasil pelo potencial económico. Mas não podemos esquecer, contudo, o potencial de perigo que vem da África do Sul. Não nos referimos aqui à questão do *apartheid* e à desestabilização dos países do Cone Sul africano. Preocupamo-nos o facto de a África do Sul ser tida como um país que possui um estoque de ogivas nucleares e estar realizando testes de disparo do míssil de alcance intermediário israelense *Jericho II*. O Brasil sempre considerou sua política nuclear *vis-a-vis* a Argentina, e tem posição tomada de não ultrapassar os limites da utilização pacífica do átomo, aí incluída a propulsão nuclear. Novos acontecimentos e evidências além-mar podem, eventualmente, levar à reabertura desta questão.

Potência regional com interesses básicos na América do Sul e no Atlântico Sul, o Brasil é ainda exportador de armas. A indústria de armas brasileira é uma feliz simbiose entre as necessidades do Estado e as possibilidades e os interesses da iniciativa privada. Sua génese é, a meu ver, extremamente parecida com a indústria bélica francesa: decorreu da necessidade de o país afirmar sua autonomia também neste sector e a viabilidade da empresa fez-se através da penetração no mercado externo. As semelhanças talvez parem aí. Ao contrário do governo francês, o brasileiro não é um substancial comprador dos produtos da indústria nacional; pouco investe em pesquisa e desenvolvimento; nenhum

financiamento acompanha os negócios que a indústria faz no exterior. Por tudo isso é provável que a eficiência do modelo brasileiro de indústria bélica esteja chegando ao ponto de exaustão. Em 1988 o Brasil exportou algo em torno de 380 milhões de dólares em armas, o que é irrisório diante das cifras mundiais deste comércio. Mesmo assim, o Brasil é considerado um grande exportador, talvez o sétimo do mundo.

Terá este comércio alguma influência na intensificação dos conflitos regionais? Talvez esta pergunta seja daquelas que não podem ser respondidas de maneira categórica, e portanto não o farei. Há, entretanto, alguns factos que devem estar presentes no equacionamento do problema:

A indústria bélica brasileira é, como já vimos um dos instrumentos da autonomia nacional. Os compradores de armas, por sua vez, buscam um diferente grau de autonomia, mas é sempre disso que se trata. Afinal, «if states define security as autonomy and autonomy as including the freedom to make war, then neither disarmament nor strictly defensive military postures (assuming the practical obstacles could be overcome) can ever be acceptable. Both constitute unacceptable intrusions on state autonomy, preventing states from doing things they want to be able to do». Os Estados não abdicarão da sua segurança e portanto fabricarão ou comprarão armas, a menos que deixem de ser Estados-nação ou que abandonem o exercício da política internacional, o que ainda não parece ser o caso.

Nada indica que a força militar deixará de exercer um papel relevante no funcionamento do sistema internacional. Os conflitos regionais são, sem sombra de dúvida, um factor de desequilíbrio do sistema. Mas mais importante são as intervenções das grandes potências. Por exemplo, Barry Blechman contou 215 casos, entre 1945 e 1977, onde os Estados Unidos ameaçaram usar força militar, inclusive armas nucleares, em apoio a objectivos nacionais militares ou políticos. Isto é, o excedente de poder dos grandes continuará sendo, apesar dos acordos de limitação de armamentos que façam entre si, mais do que suficiente para garantir a protecção armada de seus interesses. O controle de armas pelas médias e pequenas potências, nestas condições, equivaleria a um congelamento do poder.

Ao contrário dos demais produtores, o Brasil até aqui não fez do comércio de armas um instrumento de política externa; isto é, as vendas brasileiras não estão vinculadas a condições políticas ou a concessões económicas. Tais vendas também não são financiadas em recursos nacionais, o que limita a capacidade do comprador; dificilmente poderia ocorrer uma corrida armamentista secundária tendo como objecto armas brasileiras.

Enfim, não é o controle de armas que provoca a distensão. O controle de armas é consequência de um processo de relaxamento das tensões, seja no grande quadro do conflito Leste-Oeste, seja na moldura menor dos conflitos regionais. E no Terceiro Mundo, palco destes conflitos, o relaxamento de tensões só é possível se forem atendidas algumas condições objectivas de prosperidade económica, pluralidade política e justiça social. Tentar reduzir ou eliminar os conflitos regionais por meio de uma artificial limitação de armamentos é arar o mar.